

ALGUNS PROBLEMAS DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (1).

MARIA DE LOURDES MONACO JANOTTI

do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Após cinco anos da institucionalização do novo curso de Pós-Graduação em História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, já é possível perceber algumas perspectivas de sua evolução, e repensar em termos operacionais as suas diretrizes futuras.

As normas referentes ao regulamento dos cursos de Pós-Graduação são gerais para toda a Universidade de São Paulo, cabendo às Comissões de Pós-Graduação de cada Faculdade, apresentar à Câmara de Pós-Graduação do Conselho Universitário as emendas que forem julgadas procedentes. Neste sentido, a Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas tem repetidas vezes enviado sugestões que estão sendo estudadas pela Câmara de Pós-Graduação do Conselho Universitário para o aperfeiçoamento do regulamento. Não são portanto os aspectos regulamentares os centros de atenção deste artigo.

Partindo do relato de experiências pessoais de professores e alunos, e de pesquisas feitas nos arquivos da instituição, podemos perceber desencontros entre a "teoria" e a "prática" do curso de pós-graduação em História.

(1). — Este tema foi apresentado no Simpósio de Pós-Graduação em História realizado durante o Congresso da S.B.P.C. em julho de 1976, em Brasília.

Os dados quantitativos referidos neste artigo foram fornecidos pela Seção de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e referem-se apenas a informações existentes até 10 de julho 1976.

*

O enorme crescimento da demanda dos cursos de graduação, a reforma universitária e suas amplas implicações, geraram modificações no relacionamento aluno-professor, professor-professor, aluno-instituição, professor-instituição, aluno-aluno. Coincidindo com as novas circunstâncias, a criação do atual curso de pós-graduação, ressentiu-se, naturalmente, das inusitadas condições encontradas e das marchas e contra-marchas da comunidade universitária no esforço de adaptar-se. Carrega, portanto, expectativas do corpo docente, docente e administrativo, ainda não bem definidas.

O grande número de alunos que compõem as classes de graduação exigiu novas perspectivas didáticas e pedagógicas da parte do corpo docente, demonstradas pela adoção de diferentes estratégias de aprendizagem até então não consideradas aplicáveis no ensino universitário. A importância desses procedimentos, como uma das formas de controle do aproveitamento do processo educacional, reflete-se na preocupação da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) de incluir na programação do seu IX Simpósio uma "Mesa-redonda" sobre "As novas técnicas do ensino da História em nível superior".

Esforçam-se os professores na busca de meios a fim de não prejudicar a qualidade de seus cursos, mediante o imperativo de adaptá-los ao crescimento do corpo docente (2). Ao lado do saldo positivo que esse esforço poderá vir obter é quase tacitamente comungado por todos o sentimento de perda dos antigos valores do ensino universitário, isto é, a concepção do curso de graduação como formador de professores especialistas e pesquisadores de alto nível. Se esta perda é concreta, ainda não temos estudos para afirmá-lo, mas que possui viva consistência no pensamento e sentimentos da maioria é um fato insofismável.

Assim, o curso de pós-graduação é um meio de professores e alunos realizarem uma experiência inédita, a da salvaguarda do difuso corpo ideológico que envolvia o ensino superior no Brasil. Não contém, portanto, uma filosofia de ensino própria, mas sim aquela imanente do curso de graduação, que renunciando a alguns de seus propósitos vê-se dilatado em mais três anos de ensino formal, e cinco informal, nos quais aqueles propósitos serão perseguidos.

(2). — Este crescimento tende a diminuir progressivamente devido a falta de estabilidade social da profissão de professor de História. O número de vestibulandos é pequeno em relação ao dos que se predispõem a carreiras que oferecem maiores perspectivas de valorização social.

Presente-se, dessa maneira, a primeira contradição entre a “teoria” e a “prática” de um curso, que por ser de pós-graduação deveria auto-definir-se e, no entanto, é concebido como um curso de graduação “ideal”, visto este estar sendo considerado quase “um caso perdido”.

Concentram-se, desta forma, as expectativas frustradas de alunos e professores em relação ao curso de graduação, que vêm no de pós-graduação a saída para o ensino qualitativo, e para a pesquisa orientada. Poucos alunos para cada professor, aulas de preparação esmerada, possibilidades de troca de experiências no campo da pesquisa são algumas das condições que aliada à dependência de cada aluno da autoridade de um professor garantem, basicamente, a preservação do relacionamento humano considerado válido por largo setor do corpo docente. Por outro lado, o corpo docente não diferenciado no curso de graduação adquire individualização, constituindo-se numa elite dos universitários, ou talvez, em um estamento com acesso a segredos e privilégios próprios, estabelecidos pelos regulamentos.

Em geral, os alunos não satisfeitos com a formação obtida nos cursos de graduação têm a esperança de completá-la e enriquecê-la ingressando em novo curso, o de pós-graduação e este, assumindo o papel que se lhe impõem, aumenta, consideravelmente, suas contradições internas.

Perfeitamente complementares, as metas educacionais de professores e alunos poderiam redefinir, satisfatoriamente, o curso de pós-graduação dentro do conjunto maior das exigências da formação universitária, apesar da renúncia obrigatória à pretensão de possuir objetivos totalmente próprios. Entretanto, até mesmo esta possibilidade encontra graves obstáculos em sua concretização, na medida em que exige a solução de problemas relativos a escassez de recursos financeiros disponíveis para a manutenção de alunos em dedicação integral a um programa de estudos e pesquisas (3).

Além das expectativas de ordem científica, os alunos nutrem outras de ordem profissional. Visam a obtenção de empregos no magistério superior, ou quando já o exercem, buscam segurança e elevação salarial, e ainda acreditam que, pós-graduados, terão maiores possibilidades de serem aproveitados pelo ensino secundário (4).

(3). — Em 10 de julho de 1976 o número de bolsistas da CAPES era 19 para um total de 628 alunos matriculados. A Secretaria do Curso de Pós-Graduação não possui informações sobre bolsas concedidas por outras instituições. Sabe-se que a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo tem mantido alguns bolsistas no curso.

(4). — Respondendo a um questionário sobre o que esperavam obter com o curso de pós-graduação, uma minoria insignificante de alunos optou pelo item seguinte: habilitação para a pesquisa histórica sem finalidade profissional.

Ao nos defrontarmos com os problemas relativos ao mercado de trabalho convém distingüir entre os alunos que aspiram nele ingressar, daqueles que já fazem parte do corpo docente de universidades oficiais do Brasil, que buscam na Universidade de São Paulo titular-se e que para isso vêm de seus estados com bolsas de estudo garantindo-lhes chegar à conclusão do curso, ou aqueles outros que pertencem ao corpo docente de faculdades particulares, em geral sem a mínima garantia de estabilidade em seus empregos.

A alta qualidade do ensino, a elaboração de dissertações e teses originais, o espaço de tempo considerável que é empregado para obter-se a titulação correspondente são investimentos vultosos que deveriam necessariamente reverter em benefícios para a comunidade. Se para o caso de alunos-professores universitários em estabelecimentos oficiais a reversão é imediata, o mesmo não acontece com os demais.

A maioria dos pós-graduandos exerce sua atividade profissional no ensino secundário, o qual, teoricamente, deveria ser o beneficiado direto da elevação do padrão científico de seus professores. Com o atual desprestígio que a História desfruta nos currículos de 1º e 2º graus, equivalente à diminuição da carga horária semanal a ela dedicada, o curso secundário não oferece mais nenhuma possibilidade de realização para o professor de História. Há vários casos de alunos desistentes do curso de pós-graduação por terem percebido a desvinculação de seu esforço do seu progresso profissional (5).

Se por um lado, a legislação federal ampara os pós-graduados do corpo docente universitário, por outro, professores secundários com as mesmas qualificações aguardam que o governo estadual lhes reconheça uma situação legal na qual seus títulos universitários sejam valorizados.

A insegurança que toma conta do professorado secundário e o de faculdades particulares todos os fins de semestre, reflete-se na produtividade e aproveitamento nas disciplinas de pós-graduação e nas pesquisas individuais. São poucos os que sabem exatamente os recursos financeiros com que poderão contar. A paralização das pesquisas, a desistência do comparecimento às aulas, os pedidos de dilatação de prazos para a entrega de trabalhos são sintomas constantes do desempenho irregular dos alunos que, posteriormente, abandonam o curso.

(5). — Até dezembro de 1975 tiveram suas matrículas canceladas: 116 alunos da Área de História Social num total de 391 matrículas, e 42 alunos da Área de História Econômica num total de 237 matrículas.

Sem uma política eficiente para obtenção de bolsas de estudos de várias procedências, dificilmente, a pós-graduação será obtida exclusivamente pelos mais habilitados intelectualmente.

Um outro aspecto de relevância a ser ponderado é o crescimento embaraçante que o curso de pós-graduação teve no seu início, e que agora diminuindo de forma considerável, tende mesmo à paralização. Procurando atender ao maior número possível de candidatos, os primeiros professores do curso aceitaram um número elevado de alunos sob sua orientação. Se tomarmos em consideração os prazos máximos permitidos para a realização do mestrado e do doutoramento, podemos contar com quinze anos de vínculo entre orientador e orientado. Embora alguns consigam terminar o curso em menor espaço de tempo, o número de vagas reduziu-se sensivelmente.

Diversas medidas foram tomadas pela Comissão de Pós-Graduação para intervir no processo que se delineava. Primeiramente, em 29 de outubro de 1973 decidiu que os novos orientadores não poderiam admitir mais do que doze alunos, e os anteriormente credenciados deveriam até 1977 reduzir o número de seus orientados para doze. Três anos mais tarde, em resolução tomada na reunião de 28 de junho de 1976, ponderando as dificuldades consideráveis para o cumprimento da antiga decisão, a C. P. G. reconheceu a saturação das vagas, a imprudência em jubilar alunos com créditos completos em disciplinas, o pequeno número de admitidos nos últimos anos, o esvaziamento da assistência às aulas, e concebeu para ampliar o número de vagas a fórmula seguinte:

“O número limite de vagas por orientador é de *doze*, não se computando nesse total os pós-graduandos que tenham concluído o mestrado na Universidade de São Paulo — ou que nela tenham conseguido a equiparação do seu título de Mestre obtido em outra instituição —, contanto que o seu número não ultrapasse a oito” (6).

Devido à diminuição progressiva das vagas, a concorrência tornou-se maior ainda. Dentre os candidatos, os mais prejudicados foram os alunos advindos do curso de graduação da própria Universidade de São Paulo. Os candidatos professores universitários de outros estados apresentam-se já portadores de bolsas de estudos (na maioria), e em muitos casos visam o doutoramento, pois são mestres em sua faculdade de origem. Essas condições e mais as imposições da instituição a que pertencem corroboram para que concluem os cursos e se titulem com mais rapidez.

(6). — Conferir Circular da Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo nº 17/76.

Os alunos recém-formados pelo Departamento de História não sendo ainda mestres, tendo que enfrentar dificuldades para exercer sua profissão, e, na maior parte dos casos, recebendo salários insignificantes (7), não se constituem numa clientela que possa desincumbir-se, em prazos mínimos, das exigências do curso, e por isso mesmo vêm sendo preteridos com freqüência.

Considerando que o curso de pós-graduação não é dotado de verbas próprias — estas advêm do curso de graduação — é importante que se impeça a concretização do paradoxo da Universidade de São Paulo possuir maior número de pós-graduandos de outras instituições do que de seu próprio corpo docente. De forma nenhuma segerimos uma fórmula discriminatória, apenas pleiteamos que se assegure igualdade de oportunidades.

As condições gerais do curso de pós-graduação até 30 de junho de 1976 são as seguintes:

1. — Áreas — História Social com 62 Disciplinas.
— História Econômica com 14 Disciplinas.
2. — Alunos matriculados.
— História Social: 391 alunos.
— História Econômica: 237 alunos.
3. — Obtiveram o título de Mestre:
— História Social: 23 alunos.
— História Econômica: 10 alunos.
4. — Obtiveram o título de Doutor.
— História Social: 5 alunos.
— História Econômica: 3 alunos.
5. — Docentes do Departamento de História que já defenderam Mestrado e Doutorado.
— História Social: 11.
— História Econômica: 3.
6. — Número de alunos que tiveram a matrícula cancelada.
— História Social: 116 alunos.
— História Econômica: 42 alunos.
7. — Número de bolsistas da C.A.P.E.S.
— História Social: 13 alunos.
— História Econômica: 6 alunos.

(7). — A comissão designada pelo Departamento de História a fim de estabelecer critérios para a atribuição de bolsas concedidas pela C.A.P.E.S., examinou o rendimento dos alunos e constatou que a maioria situava-se na faixa de Cr\$ 1.800,00 a Cr\$ 3.000,00.

A primeira vista poderia parecer pequeno demais o número de alunos que já se pós-graduaram, entretanto, se nos ativermos ao fato de que durante os três primeiros anos do curso, os alunos, na maior parte dos casos, cumprem os créditos exigidos pelas disciplinas e pelas atividades programadas, somente a partir de 1976 é que os primeiros matriculados começam a titular-se.

Os amplos problemas que envolvem os cursos de pós-graduação entrelaçam-se, naturalmente, com os de ordem profissional do licenciado em História. Soluções unilaterais estão impossibilitadas de obter sucesso. A carreira de professor de História necessita ser reconhecida e institucionalizada, os cursos de Estudos Sociais não podem se constituir em substitutos da História nos currículos do 1º e 2º graus, oportunidades para pós-graduados devem ser criadas oficialmente junto às Secretarias de Estado: só assim o curso de pós-graduação poderá ter projeção científica e social significativas.